



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4º REUNIÃO ORDINÁRIA

11 DE MARÇO DE 2014

MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

01- PROJETO DE LEI 54/2014 - Mensagem nº 005/2014

Autor: Poder Executivo

Institui o Regime de compensação de horas para os servidores da administração direta e indireta do Poder Executivo do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

02- PROJETO DE LEI 115/2014 - Mensagem nº 010/2014 **REGIME DE URGÊNCIA******

Autor: Poder Executivo

Autoriza o aumento do Capital Social da SANEPAR mediante inclusão de cláusula de capital autorizado e dá outras providências.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

03- PROJETO DE LEI 53/2014 - Mensagem nº 006/2014

Autor: Poder Executivo

Dá nova Redação ao Artigo 1º da Lei nº 16.877, de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar permuta de imóvel com o Município de Ponta Grossa.

RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE**

LEI N. 16.877/20011. Súmula: *Autoriza o Poder Executivo a efetuar a permuta, com o Município de Ponta Grossa, do imóvel que especifica.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a permuta do Imóvel sob Transcrição nº 30.391, do 1º Cartório do Registro de Imóveis de Ponta Grossa, de sua propriedade, com o Imóvel de Matrícula nº 5.130, do 3º Serviço de Registro de Imóveis de Ponta Grossa, de propriedade do Município de Ponta Grossa.

Art. 2º O imóvel permutado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

04- PROJETO DE RESOLUÇÃO 001/2014

****REGIME DE URGÊNCIA****

Autor: Comissão Executiva

Denomina Espaço Afonso Camargo a sala de entrada do Edifício Tancredo Neves.

RELATOR: ADEMAR TRAIANO

PROJETOS COM EMENDA DE PLENÁRIO/COMISSÕES

05- 03 EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 46/2013

Autor do Projeto: Dep. Luciana Rafagnin

Autor da emenda aditiva nº 01- Dep. Luciana Rafagnin

Autor da emenda modificativa nº 02- Dep. Tercílio Turini

Autor do substitutivo geral nº 03- Dep. Ademar Traino

Altera o artigo 1º e o parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 16.786/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades de terapia intensiva.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE**

LEI N. 16.786/2011. Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

Art. 1º. Torna obrigatória a presença de profissionais de odontologia na equipe multiprofissional das Unidades de Terapia Intensiva, em todos os hospitais públicos ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. *Caberá ao profissional de odontologia, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internos naquelas unidades.*

Art. 2º. *O descumprimento desta lei implicará nas penalidades legais aplicáveis pelos órgãos e entidades de controle social dessas atividades a serem regulamentadas pelo Poder Executivo.*

Art. 3º. *Esta lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.*

06- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 04/2013

Autor do Projeto: Dep. Pedro Lupion

Autor da emenda: Dep. Marla Turek

Altera a Lei nº 15.128/2006, estabelecendo novas diretrizes ao Programa de Combate à Violência Contra a Mulher.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE**

LEI N. 15.128/2006. Súmula: *Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher, conforme especifica e adota outras providências.*

Art. 1º. *Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher, para prestar assistência à saúde física e mental das mulheres vítimas de violência.*

Art. 2º. *O Programa será executado pela Secretaria de Estado da Saúde, em cooperação com o Conselho Estadual da Mulher, e integrado pelos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal.*

Art. 3º. *Fica autorizada a criação de grupo de trabalho com a incumbência de articular as medidas necessárias à implantação do Programa instituído nesta lei.*

Parágrafo único. *O grupo será integrado por representantes dos órgãos e entidades envolvidos no Programa.*

Art. 4º. *O Poder Executivo regulamentará esta lei.*

Art. 5º. *As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.*

Art. 6º. *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação*

07- SUBEMENDA SUBST. GERAL DE PLENARIO AO PROJETO DE LEI 306/2012

Autor do Projeto: Dep. Anibelli Neto

Autor da Subemenda: Dep. Anibelli Neto

Altera a Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no conselho regional de farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE**

LEI N. 16.086/2009. Súmula: Dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Art. 1º. Os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Art. 2º. O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis ao pagamento de multa, correspondente a 500 (quinhentas) UFIRs, não os desobrigando da afixação da referida placa.

§ 1º. Em caso de reincidência, o valor da multa aplicada será em dobro.

§ 2º. Independentemente da sanção prevista no caput deste artigo, os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata esta lei terão o prazo de 30 (trinta) dias para procederem a afixação da placa, sob pena de receberem novas multas.

Art. 3º. Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor depois de contados 30 dias da data de sua publicação, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos ao cumprimento desta Lei.

RECURSO

08- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 57/2013

Autor do Projeto: Dep. Bernardo Carli

Autor da emenda: Dep.

Dispõe sobre a Reserva de Vagas de Estacionamento Especial para Gestantes.

RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

09- PROJETO DE LEI 548/2013

Autor: Dep. Belinati

Torna obrigatória a instalação de elevador que comporte uma maca em edifícios públicos e privados, de uso residencial, comercial ou misto, no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

10- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 21/2013

Autor: Dep. Tercílio Turini

Acresce § 3º ao Artigo 24 da Lei Complementar nº 76 de 21 de dezembro de 1995.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE**

LEI COMPLEMENTAR N. 76/1995. Súmula: *Dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos e adota outras providências.*

Art. 24. *São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:*

- I - ao objeto, à área e o prazo da concessão;*
- II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;*
- III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;*
- IV - ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para reajuste e a revisão das tarifas;*
- V - aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;*
- VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;*
- VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;*
- VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;*
- IX - aos casos de extinção da concessão;*
- X - aos bens reversíveis;*
- XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, nos casos previstos nesta lei;*
- XII - às condições para a prorrogação do contrato, quando for o caso;*
- XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;*
- XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e*
- XV - ao foro e ao processo amigável de solução das divergências.*

§ 1º. *Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública, deverão, adicionalmente:*

- I - estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e;*
- II - exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.*

§ 2º. *O prazo do contrato de concessão não poderá ser superior a 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período desde que previamente estabelecidas no edital de licitação às exigências a serem cumpridas pela concessionária para a prorrogação do contrato.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 3º. O prazo da concessão deve atender, em cada caso ao interesse público e às necessidades ditadas pelo valor do investimento de modo a assegurar a modicidade das tarifas.

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

11- PROJETO DE LEI 411/2013

Autor: Dep. Tadeu Veneri

Institui mecanismo de controle do patrimônio público, instituindo o fundo de provisões para quitação de encargos trabalhistas dos empregados das empresas prestadoras de serviços contratados pelo Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

12- PROJETO DE LEI 498/2013

Autor: Dep. Tadeu Veneri

Torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com banco postal.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

13- PROJETO DE LEI 741/2013

Autor: Péricles de Mello

Acrescenta as alíneas "k" e "l" ao artigo 6º e altera o artigo 11 em seu caput e inciso IV, da Lei 17.043 de dezembro de 2011, que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE - o Fundo Estadual de Cultura - FEC - e adota outras providências.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.043/2011. Súmula: Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

Art. 6º. Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:

- a)** artes visuais;
- b)** audiovisual (áudio e vídeo);
- c)** circo;
- d)** dança;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- e) literatura, livro e leitura;
- f) música;
- g) ópera;
- h) patrimônio cultural material e imaterial; e
- i) povos, comunidades tradicionais e culturas populares;
- j) teatro.

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

14- PROJETO DE LEI 639/2013

Autor: Teruo Kato

Disciplina atividade de pesca amadora na categoria esportiva, embarcada ou desembarcada, em águas continentais do Estado do Paraná, no período de defeso, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

15- PROJETO DE LEI 566/2013

Autor: Pastor Edson Praczyk

Obriga os produtos comercializados no estado do Paraná a indicar em suas embalagens a utilização de testes em animais na produção e estudo de seus produtos.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

→ **SITUAÇÃO:** 25/02/2014- ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI).

16- PROJETO DE LEI 550/2013

Autor: Tercilio Turini

Dispõe sobre a preferência de contratação para empresas estatais do estado do Paraná nas licitações de serviços de telecomunicações.

RELATOR: DEP. CAITO QUITANA

17- PROJETO DE LEI 737/2013

Autor: Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a moratória de 5 (cinco) anos para exploração do gás de xisto no estado do Paraná pelo Método Fracking e adota outras providências.

RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

18- PROJETO DE LEI 739/2013

Autor: Gilberto Ribeiro

Dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros no estado do Paraná, para as pessoas com câncer e portadoras de doenças crônicas de natureza física ou mental e dá outras providências.

RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI

19- PROJETO DE LEI 496/2013

Autor: Artagão Junior

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação ao Município de Ivaiporã, do imóvel que especifica.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

20- PROJETO DE LEI 800/2013

Autor: Stephanes Junior

Altera o Artigo 1º da Lei nº 15.446, de 15 de janeiro de 2007.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 15.446/2007. Súmula: *Torna obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de eletricidade de propriedade do Governo do Estado do Paraná.*

Art. 1º. *Torna obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de energia elétrica e reservatórios de água de propriedade das empresas, sejam de natureza estatal ou privada, que tenham reservatórios localizados no território paranaense.*

Parágrafo único. *A obrigatoriedade da construção de canais terá como objetivo facilitar a piracema nas bacias hidrográficas e nos reservatórios de água, visando proteger e preservar a fauna, recursos ambientais indispensáveis ao equilíbrio dos ecossistemas aquáticos no território do Estado do Paraná.*

Art. 2º. *Os reservatórios localizados em rios limítrofes com outros estados devem ser notificados ao Estado confinante para a efetiva execução desta lei.*

Art. 3º. *As empresas estatais que pertençam ao Governo do Paraná deverão fazer constar de seus orçamentos anuais os valores referentes à adequação desta lei.*

Art. 4º. *As empresas deverão se adequar aos parâmetros dessa lei no prazo de 5 (cinco) anos, sob pena de esvaziamento do reservatório.*

Art. 5º. *Esta lei será executada pela integração da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 6º. Torna obrigatória a inclusão da navegação fluvial nos estudos e projetos de divisão de quedas para fins de aproveitamento hidrelétrico dos rios estaduais, de modo a viabilizar a implantação de hidrovias contínuas em toda a extensão desses cursos d'água.

Art. 7º. Torna obrigatória a instalação de eclusas ou outros dispositivos de transposição para fins de transporte hidroviário, em obras de represamentos de rios navegáveis ou potencialmente navegáveis.

Art. 8º. Sem prejuízo das demais exigências legais, no licenciamento ambiental dos empreendimentos de que trata o art. 6º desta lei, serão incluídas, obrigatoriamente, as respectivas eclusas ou outras obras de transposição.

Art. 9º. O Estado articular-se-á com a União e os Municípios na implantação das instalações hidrelétricas, visando o aproveitamento do potencial de navegabilidade dos cursos d'água, atendida a política dos recursos hídricos.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

21- PROJETO DE LEI 592/2013

Autor: Péricles de Mello

Acrescenta os §§ 5º e 6º ao Art. 14 da Lei nº 11.713/97.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 11.713/1997. Súmula: Dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná e adota outras providências.

Art. 14. O acesso ao cargo de Professor de Ensino Superior na Classe de Professor Titular será feito mediante habilitação em concurso público de provas, títulos e defesa de trabalho científico, podendo inscrever-se o portador de título de Doutor ou Livre-Docente há pelo menos 04 (quatro) anos e com experiência comprovada em docência no ensino superior de 04 (quatro) anos.
[\(Redação dada pela Lei 16179 de 17/07/2009\)](#)

~~**Parágrafo único.** A banca examinadora será composta de 05 (cinco) Professores Titulares Doutores, sendo obrigatoriamente 02 (dois) professores de outras Instituições de Ensino Superior.~~

§ 1º. A banca examinadora será composta de 05 (cinco) Professores Titulares Doutores, sendo obrigatoriamente 02 (dois) professores de outras Instituições de Ensino Superior.

[\(Renumerado pela Lei 16179 de 17/07/2009\)](#)

§ 2º. Na hipótese de que o aprovado para o cargo de Professor de Ensino Superior na Classe de Professor Titular seja oriundo da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná este manterá, para todos os efeitos legais, a respectiva matrícula e o cômputo do respectivo tempo de serviço e contribuição, ficando dispensado do estágio probatório.

[\(Incluído pela Lei 16179 de 17/07/2009\)](#)

§ 3º. Em face do que dispõe o art. 40, inciso III da [Constituição da República Federativa do Brasil](#), para efeito de aposentadoria, o docente de que trata o parágrafo anterior estará sujeito ao cumprimento de 05 (cinco) anos de efetivo exercício na Classe de Professor Titular.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

[\(Incluído pela Lei 16179 de 17/07/2009\)](#)

§ 4º. Na hipótese de que o aprovado para o cargo de Professor de Ensino Superior na Classe de Professor Titular seja oriundo do serviço público, para efeitos de aposentadoria, deverão ser observadas as regras de transição contidas nas Emendas Constitucionais nos 20, de 16 de dezembro de 1998, 41, de 19 de dezembro de 2003 e 47, de 06 de julho de 2005. [\(Incluído pela Lei 16179 de 17/07/2009\)](#)

22- PROJETO DE LEI 015/2013

Autor: Dep. Ney Leprevost

Regulamenta as normas de segurança em locais fechados com grande concentração simultânea de público.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

23- PROJETO DE LEI 540/2013

Autor: Dep. Professor Lemos

Institui a Política Estadual sobre drogas no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

24- PROJETO DE LEI 298/2013

Autor: Dep. Teruo Kato

Altera a Redação do Artigo 1º da Lei 15.967/2008, inclui o Parágrafo Único no Art. 1º, altera a Redação do Art. 3º e inclui o Art. 4º.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 15.967/2008. Súmula: Obriga o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, a Centralização de Banco S/A - SERASA e quaisquer outros órgãos de bancos de dados, a retirar o nome do cidadão da relação de cadastro negativo, no prazo máximo de 48 horas, após a confirmação do pagamento do débito.

Art. 1º. Ficam obrigados o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, a Centralização de Bancos S/A - SERASA e quaisquer outros órgãos de bancos de dados, a retirar o nome do cidadão da relação de cadastro negativo, no prazo máximo de 48 horas, após a confirmação do pagamento do débito.

Art. 2º. As lojas ou empresas, que não informarem ao órgão de bancos de dados sobre o pagamento da dívida efetuado pelo cliente, deverão pagar multa de 30% (trinta por cento) referente ao valor da dívida.

Parágrafo único. A multa deverá ser paga ao cliente que não teve seu nome retirado, dentro do prazo, da relação de cadastro negativo.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

25- PROJETO DE LEI 471/2013

Autor: Dep. Luciana Rafagnin

Concede Licença Paternidade de 15 dias consecutivos aos funcionários do quadro de Servidores do estado do Paraná, sem prejuízo da remuneração.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

**PROJETOS DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANÁLISA
TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA**

26- PROJETO DE LEI 44/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion e Dep. Tercílio Turini.

Revoga Leis que Concederam Título de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 7.896/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores da Vila Autódromo, com sede na cidade de Curitiba.

Lei nº 7.951/1984 – Súmula: Declara de utilidade pública a “Associação dos moradores e amigos da Vila Gusso e Jardim Paraná”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei nº 8.133/1985 – Súmula: Declara de utilidade pública a “Associação dos moradores e amigos da Vila Esmeralda”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei nº 8.148/1985 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores e amigos da Vila Ipiranga, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei nº 8.712/1988 – Súmula: Declara de utilidade pública a Federação das associações de moradores do Estado do Paraná – Famopar, com sede e foro nesta Capital.

Lei nº 8.887/1988 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e amigos da Vila Centenário II, com sede e foro em Curitiba.

Lei nº 8.916/1988 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores Vila americana, do conjunto habitacional Cohapar, situada no bairro Vila Americana, com sede e foro em São Mateus do Sul.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei nº 9.013/1989 – Súmula: Declara de utilidade pública a “Associação de moradores do conjunto residencial moradias Atenas I”.

Lei nº 9.063/1989 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Guabirota, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei nº 9.802/1991 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores e amigos dos bairros Jardim Paulista, nova paulista, Dom Bosco e San Remo, com sede e foro no município de Sarandi.

Lei nº 10.312/1993 – Súmula: Declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM ACRÓPOLE”, com sede e foro nesta Capital.

Lei nº 10.411/1993 – Súmula: Declara de utilidade pública a “Associação de moradores e amigos da Vila Cândida”, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Lei nº 11.131/1995 – Súmula: Declara de utilidade pública a União Sarandiense das Associações de moradores - UNISAN, com sede em Sarandi e foro na Comarca de Marialva.

Lei nº 11.524/1996 – Súmula: Declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL”, com sede e foro na comarca de Pato Branco, PR.

Lei nº 11.552/1996 – Súmula: Declara de utilidade pública a “Associação de moradores das Plantas Jardim Savóia e Viviane”, com sede e foro em Curitiba.

27- PROJETO DE LEI 45/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion e Dep. Tercílio Turini.

Revoga Leis que Concederam Título de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 7.833/1984. Súmula: Declara de utilidade pública O CENTRO ESPÍRITA PAZ, AMOR E LUZ, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Lei 7.869/1984. Súmula: Declara de utilidade pública o “GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Lei 8.099/1985. Súmula: Declara de utilidade pública a “UNIÃO ESPÍRITA PAZ, AMOR E CARIDADE”, com sede e foro no município de Goioerê.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Lei 8.293/1986. Súmula: Declara de utilidade pública o RECANTO DA CRIANÇA ALAN KARDEK, com sede em Apucarana.

Lei 8.495/1987. Súmula: Declara de utilidade pública a S.E.R - SOCIEDADE ESPÍRITA RENASCIMENTO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 8.515/1987. Súmula: Declara de utilidade pública a FEDERAÇÃO UMBANDISTA DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 8.524/1987. Súmula: Declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA MENSAGEIROS DA PAZ, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão.

Lei 8.647/1987. Súmula: Declara de utilidade pública o GRUPO DE ESTUDOS ESPÍRITA DR. BEZERRA DE MENEZES, com sede e foro no município de Bandeirantes.

Lei 8.785/1988. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ESPIRUALISTA LUZES DE ARUANDA, com sede e foro nesta Capital.

Lei 9.779/1991. Súmula: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO ESPIRITUALISTA MORIMBATÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.

Lei 9.787/1991. Súmula: Declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA EMMANUEL, com sede e foro no município de Bandeirantes.

Lei 9.811/1991. Súmula: Declara de utilidade pública a União Espírita Cairbar Schutel/Albergue Noturno / Múcio benedito Limongi Pereira, com sede e foro no município de Porecatu.

Lei 9.976/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a Casa do Caminho, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

Lei 10.046/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a "Igreja Evangélica Cristo vive de Curitiba".

Lei 10.391/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

28- PROJETO DE LEI 46/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion e Dep. Tercílio Turini.

Revoga Leis que Concederam Título de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Lei 15.364/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores de Iracema do Oeste- AGRICEMA, com sede no município de Iracema do Oeste e foro no município de Formosa do Oeste.

Lei 15.549/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Casa Familiar Rural - ACFR, com sede na comunidade de Bela União, município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão.

Lei 15.575/2007. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação Kaiko- Centro de Estudos de Artes Marciais com sede e foro no município de Londrina.

Lei 15.618/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná- FECAMPAR, com sede e foro nesta Capital.

Lei 15.657/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a “FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações de Moradores, Clube de Mães, Entidades Beneficentes e Sociais”, com sede e foro no município de Curitiba.

Lei 15.822/2008. Súmula: Declara de utilidade pública o Movimento Nacional para Recuperação das Empresas Brasileiras - MNREB, com sede e foro nesta Capital.

Lei 15.865/2008. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Idosos de Apucarana – A.B.I.A, com sede e foro no município de Apucarana.

Lei 15.964/2008. Súmula: Declara de utilidade pública a CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Mourão com sede e foro no município de Campo Mourão.

Lei 16.041/2009. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Ivaí de Icaraíma, com sede e foro no município de Icaraíma.

Lei 16.264/2009. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Agropecuária Nova Sanepar, com sede e foro no município de Catanduvas.

Lei 17.091/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Jornais do Interior do Estado do Paraná - ADJORI, com sede e foro no município de Curitiba.

Lei 16.585/2010. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Muladeiros Casco Duro, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul.

Lei 17.414/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Rural de Sarandi, com sede e foro no município de Sarandi.

Lei 17.415/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Lapeana de Veículos Antigos, com sede e foro no município da Lapa.

Lei 17.417/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Empresarial de Francisco Beltrão - ACEFB, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

29- PROJETO DE LEI 47/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion e Dep. Tercílio Turini.

Revoga Leis que Concederam Título de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 5.136/1965. Súmula: *Declara de utilidade pública a Associação BANESTADO, com sede na Capital.*

Lei 6.627/1974. Súmula: *Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE PARANAENSE - AMUNPAR, com sede na cidade de Paranavaí.*

Lei 7.527/1981. Súmula: *Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba.*

Lei 9.206/1990. Súmula: *Declara de utilidade pública a “Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão”, com sede e foro no município de Campo Mourão.*

Lei 9.449/1990. Súmula: *Declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ARTISTAS PLASTICOS DO PARANA – APAP- PR”, com sede e foro nesta capital.*

Lei 11.117/1995. Súmula: *Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, com sede e foro no município de Santo Antônio da Platina.*

Lei 12.073/1998. Súmula: *Declara de utilidade pública a FEMOCLAM - Federação Comunitário das Associação de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro em Curitiba.*

Lei 12.158/1998. Súmula: *Declara de utilidade pública estadual a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade com sede e foro no município de Francisco Alves.*

Lei 12.271/1998. Súmula: *Declara de utilidade pública, a Associação dos Fenilcetonúricos e Hemocistinúricos, com sede e foro nesta Capital.*

Lei 12.332/1998. Súmula: *Declara de utilidade pública a Casa Familiar Rural de Manfrinópolis, com sede e foro no município de Manfrinópolis.*

Lei 12.437/1999. Súmula: *Declara de utilidade pública a Federação de Xadrez do Paraná – FEXPAR, com sede e foro nesta capital.*

Lei 13.537/2002. Súmula: *Declara de utilidade pública a Associação dos Aqüicultores de Maripá - AQÜIMAP, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Lei 14.127/2003. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Patologia, com sede e foro nesta Capital.

Lei 14.337/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Casa Família Rural (CFR) de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Lei 14.795/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação João XXIII para evangelização, com sede e foro no município de Londrina.

30- PROJETO DE LEI 48/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion e Dep. Tercílio Turini.

Revoga Leis que Concederam Título de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 1/1977. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Espírita Deus, Cristo e Caridade, com sede na cidade de Primeiro de Maio.

Lei 2/1981. Súmula: Declara de utilidade pública o GRUPO ESPÍRITA ANNA FRANCO, com sede e foro nesta Capital.

Lei 3/1976. Súmula: Declara de utilidade pública a SOCIEDADE ESPÍRITA IRMANDADE DE JESES, com sede na cidade de Cascavel.

Lei 3/1981. Súmula: Declara de utilidade pública o GRUPO ESPIRITA LINS DE VASCONCELOS, com sede na cidade de Jandaia do Sul.

Lei 6/1980. Súmula: Declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC, com sede e foro na cidade de Ubatã.

Lei 6.046/1969. Súmula: Declara de utilidade pública a Comunhão Espírita Cristã de Curitiba, mantenedora do Centro Educacional "Sebastião Paraná", com sede nesta Capital.

Lei 6.647/1974. Súmula: Declara de utilidade pública a Beneficência Assistencial Espírita, com sede nesta Capital.

Lei 6.799/1976. Súmula: Declara de utilidade pública a SOCIEDADE ESPÍRITA "OS MENSAGEIROS DA PAZ", com sede nesta Capital.

Lei 7.330/1980. Súmula: Declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA "OGUM MARINHEIRO", com sede e foro nesta Capital.

Lei 7.347/1980. Súmula: Declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC, com sede e foro no município de Umuarama.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Lei 7.348/1980. Súmula: Declara de utilidade pública a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA - ACÁCIA 1º, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Lei 7.654/1982. Súmula: Declara de utilidade pública a Loja Simbólica "APÓSTOLO DA CARIDADE Nº 21", com sede e foro nesta Capital.

Lei 7.713/1983. Súmula: Declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA MARECHAL DEODORO Nº 47", com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão.

Lei 7.735/1983. Súmula: Declara de utilidade pública a "IGREJA EVANGÉLICA ALMAS PARA CRISTO RESTAURADA", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 7.792/1983. Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA MESSE DE AMOR", com sede e foro no município de Ponta Grossa.

31- PROJETO DE LEI 55/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto

Altera a Lei 8.708/1988.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 8.708/1988. Súmula: Declara de Utilidade Pública o "MINISTÉRIO DE RECUPERAÇÃO HERMON", com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

32- PROJETO DE LEI 56/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto

Altera a Lei 12.448/1999.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 12.448/1999. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede e foro no Município de Jaboti.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

33- PROJETO DE LEI 57/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion; Dep. Tercílio Turini e Anibelli Neto.

Altera a Lei nº 10.986/1994.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 10.986/1994. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede e foro no Município de Campo Bonito.

34- PROJETO DE LEI 58/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion; Dep. Tercílio Turini e Anibelli Neto.

Altera a Lei nº 9.973/1992.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 9.973/1992. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede e foro na cidade de São João do Caiuá.

35- PROJETO DE LEI 59/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion; Dep. Tercílio Turini e Anibelli Neto.

Altera a Lei nº 10.160/1992.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 10.160/1992. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Santa Tereza do Oeste, com sede e foro no Município.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

36- PROJETO DE LEI 60/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto.

Altera a Lei nº 12.473/1999.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 12.473/1999. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo – APAE, com sede e foro no Município de Santa Cruz do Monte Castelo.

37- PROJETO DE LEI 61/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto.

Altera a Lei nº 16.709/2010.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 16.709/2010. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina do Simão, com sede e foro no Município de Campina do Simão.

38- PROJETO DE LEI 62/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion; Dep. Tercílio Turini e Anibelli Neto.

Altera a Lei nº 12.413/1998.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 12.413/1998. Súmula: Declara de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE”, com sede e foro no município de Roncador.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

39- PROJETO DE LEI 67/2014

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Pedro Lupion; Dep. Tercílio Turini e Anibelli Neto.

Revoga Leis que Concederam Título de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 6.769/1975. Súmula: Declara de Utilidade Pública o SINDICATO RURAL DE ASTORGA, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Lei 7.934/1984. Súmula: Declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE QUINTA DO SOL", com sede e foro no município de Quinta do Sol.

Lei 8.375/1986. Súmula: Declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTÔNIA", com sede e foro no Município de Altônia.

Lei 8.713/1988. Súmula: Declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MISSAL", com sede e foro no Município de Missal.

Lei 12.282/1998. Súmula: Declara de Utilidade Pública, o Sindicato Rural Patronal de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda.

Lei 12.885/2000. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Carnes, Derivados, Rações Balanceadas de Castro e Região, com sede no Município de Carambeí e foro no Município de Castro.

Lei 11.382/1996. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia, com sede e foro no Município de Matelândia.

Lei 11.919/1997. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas, com sede e foro na Cidade de Catanduvas.

Lei 13.020/2000. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Marialva, com sede e foro no Município de marialva.

Lei 13.220/2001. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.